

**ATA DA QUADRAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados, deputadas. “Ata da Quadragésima Sétima Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul Estado do Pantanal. Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a ata de número Cinquenta e Três da Quadragésima Sexta Sessão Ordinária. Não houve expediente a ser lido. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Caravina e Antonio Vaz. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Junior Mochi, Renato Câmara, Coronel David, Lia Nogueira, Zé Teixeira e Zeca do PT. **GRANDE EXPEDIENTE** – Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 160/2023, de autoria dos deputados Junior Mochi e Gerson Claro. Foi pedido vista pelo deputado Lucas de Lima do Projeto de Lei nº 69/2024, de autoria do deputado Caravina. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 95/2025, de autoria do deputado Zé Teixeira. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Moacir Thomé Galindo; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Nedir Benevides de Souza Valente; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Zé Teixeira, endereçada aos familiares de Pedro Vieira de Goes; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos familiares de Antônio Carlos de Azevedo Perez; requerimento de moção de apoio, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao presidente do Conselho de Administração do Bradesco, senhor Marcelo Noronha, para a permanência da agência 5046 do Banco Bradesco, localizada na avenida Marcelino Pires, nº 1.785, com entrada pela avenida Presidente Vargas, no município de Dourados; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao doutor Bitto Pereira, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Mato Grosso do Sul - OAB/MS; ao doutor Marco Aurélio de Oliveira Rocha, presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso do Sul – CAAMS; e aos doutores advogados jogadores do time de Futebol Master da OAB/MS; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada à equipe de policiais do Mato Grosso do Sul, que prestaram relevantes serviços às vítimas da tragédia que atingiu o estado do Rio Grande do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos senhores Robert

Jennings Moreno de Souza, terceiro-sargento PM; Jemes Limeira Delmondes, soldado PM; Michael Douglas Benites Rodrigues, soldado PM; e Talmom Antonio da Silva, soldado PM, pelos relevantes serviços prestados; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais rodoviários federais, que na data de 28/05/2024 realizaram a apreensão de vinte e seis toneladas de maconha, duas pistolas, um revólver e duzentos e oitenta e nove munições, no município de Iguatemi. Essa apreensão está entre as dez maiores já realizadas pela PRF em todo o território nacional; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, ao Ítalo Marques Buarque Gusmão e ao Lucas da Silva Umberto, que foram empossados no Conselho Municipal da Juventude de Campo Grande (CMJ); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada ao presidente da Cassems, doutor Ricardo Ayache, extensiva a toda diretoria, em razão do lançamento do serviço de cirurgia cardíaca pediátrica, realizado no dia 29 de maio de 2024, em Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada à escritora e poetisa sul-mato-grossense Raquel Naveira; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel QOBM Frederico Reis Pouso Salas, bem como aos vinte militares do Corpo de Bombeiros e à cadela Laika (cão de busca), designados para comporem a força-tarefa de Mato Grosso do Sul na ajuda humanitária diante do cenário de calamidade pública no estado do Rio Grande do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à Paróquia Santuário Imaculado Coração de Maria, por meio dos padres Celso Vieira da Cruz, Matheus Luiz da Rocha e Sócrates Emmanuel Pereira Pavon, pela realização da 52ª Festa do Padroeiro de Nova Andradina, Imaculado Coração de Maria; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao piloto de motocross Nicolas Ferreira, Coxinense, por haver conquistado lugar no pódio para o Brasil, no Desafio Motocross Estilo Livre (FMX) em Atibaia-SP, ocorrido no último domingo, 2 de junho; requerimento, de autoria do deputado Caravina, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia na data de 13/08/24, das 19:00 às 22:00, para a solenidade de entrega da Medalha e Diploma de Honra ao Mérito Legislativo, em homenagem ao Centenário de Helena Meirelles, instituída pela Resolução nº 10/2024, publicada no Diário Legislativo nº 2660, de 29 de maio de 2024; requerimento de informações, de autoria dos deputados, Pedro Kemp, Zeca do PT e Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Mara Caseiro, Lidio Lopes, Paulo Corrêa, Paulo Duarte, Roberto Hashioka, Antonio Vaz, Jamilson Name, Zé Teixeira, Lucas de Lima, Professor Rinaldo, Zeca do PT, Renato Câmara, Caravina e Junior Mochi. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, seis de junho do ano de dois mil e vinte e quatro. Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa- PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Antes de fazer a leitura, peço licença para deixar registrado os parabéns da Assembleia Legislativa pelos cem anos de Maracaju, que é a quinta economia de nosso estado. Expediente da Sessão Ordinária de 11 de junho de 2024: Mensagem nº 24/2024, do Poder Executivo, encaminhando proposta de emenda que altera a redação e acrescenta dispositivo ao ato das

disposições constitucionais gerais e transitórias da Constituição Estadual (Prot. nº 1386/2024); Ofício nº 144/2024, do Poder Executivo, comunicando que será realizado o 5º Fórum dos Territórios Subnacionais, do corredor Bioceânico de Capricórnio, entre os dias 18 e 21 de junho de 2024, na República do Paraguai (Prot. nº 1415/2024); Ofício nº 2410/2024, da presidência da República, respondendo à moção de congratulação do deputado Paulo Corrêa (Prot. nº 1386/2024); Ofício nºs 6 e 7/2024, do Ministério da Defesa, respondendo ao requerimento do deputado Zeca do PT (Prot. nº 1415/2024); Ofício nº 68/2024, da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando aprovação da prestação de contas final, Termos de Compromisso nºs 17 e 34/2008, do Sistema de Abastecimento de Água de Iguatemi (Prot. nº 1867/2024); Ofício nº 66/2024, da Agência Nacional de Telecomunicações, respondendo à indicação da deputada Mara Caseiro (Prot. nº 1405/2024); Ofício nº 103/2024, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, respondendo ao requerimento do deputado Renato Câmara (Prot. nº 851/2023); Ofício nº 7057/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Antonio Vaz (Prot. nº 1108/2024); Ofícios nºs 1814, 1817, 1818, 1819, 1839, 1857 e 1864/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Rafael Tavares, Coronel David, Neno Razuk e Lucas de Lima (Prot. nº 2294/2023, 4257/2023, 4645/2023, 6585/2023, 6753/2023, 58/2024, 3733/2023); Ofício nº 6211/2024, da Secretaria Municipal de Saúde, respondendo à indicação do deputado Antonio Vaz (Prot. nº 1116/2024); Ofício nº 99/2024, da Empresa de Transporte Andorinha, respondendo ao requerimento do deputado Paulo Duarte (Prot. nº 1382/2024); Carta nº 542/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Zé Teixeira (Prot. nº 1013/2024). Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar duas indicações, Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à doutora Mariele Alves Gomes Esgalha, diretora-presidente do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Maurício Simões Corrêa, secretário de estado de Saúde, solicitando medidas urgentes, no sentido de regularizar o fornecimento de insumos no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul. Justificativa. Há uma reclamação dos pacientes do Hospital Regional com relação à falta de insumos para a realização de procedimentos básicos. A situação está tão crítica que há relatos de que a unidade precisou pedir ajuda a outros hospitais para conseguir materiais básicos, como cateter, por exemplo. É inadmissível que o maior hospital público do estado esteja nessas condições, visto que ele sempre foi uma referência na assistência médica hospitalar, atuando em situações de média e alta complexidade em todo o estado. Então, é necessário que o estoque de insumos seja regularizado com urgência. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, solicitando medidas urgentes no sentido de ampliar as cotas de xerox (papel e tonner), disponibilizadas nas escolas estaduais de Mato Grosso do Sul. De acordo com o relato de alguns professores, as cotas de xerox das

escolas estaduais foram reduzidas, diminuindo assim o repasse de folhas de papel e de tonners. A situação está fazendo com que professores tenham que comprar resmas de papel para imprimir avaliações bimestrais, e a falta desses materiais reflete na prática pedagógica, inviabilizando as atividades básicas das escolas. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Senhor presidente, colegas parlamentares, pessoas que nos assistem pela TV Assembleia, eu trago duas indicações. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao senhor Ednei Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando que seja realizado patrolamento e encascalhamento na rua Fidelo Marciano de Almeida, esquina com a rua João Mizael Mamomé, no Residencial Oliveira, nesta capital. Essa proposta foi encaminhada ao meu gabinete, pela senhora Maria José. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado do Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Renato Marcílio da Silva, diretor-presidente da Sanesul, e ao senhor Madson Roberto Pereira Valente, diretor comercial de operações da Sanesul, solicitando que seja realizado abastecimento e canalização de água no bairro Santa Felicidade, no município de Dourados. Esta proposta visa atender à solicitação encaminhada diretamente a este gabinete pelo senhor Weverton Mathias, visto que os canos de água do bairro estão expostos, facilitando vazamentos frequentes que têm causado sérios transtornos, tornando as ruas intransitáveis e prejudicando a mobilidade dos moradores. Além disso, a água acumulada representa um risco à saúde pública, contribuindo para proliferação de doenças. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, a todos presentes nesta Sessão. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao presidente da Energisa, senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, com cópia ao secretário de estado de Segurança Pública, solicitando uma fiscalização efetiva na manutenção dos fios instalados de forma irregular que ficam soltos nos postes de energia elétrica, colocando em risco a vida da população. Era só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, eu, como presidente da comissão provisória que acompanha o processo referente aos conselheiros do Tribunal de Contas, órgão auxiliar do Poder Legislativo, gostaria de solicitar a esta Casa, até porque o processo corre em segredo de justiça, a possibilidade de acessá-lo, visto que o prazo de afastamento dos conselheiros terminou no dia 09 de junho. Eu gostaria de saber, senhor presidente, como é que fica a situação legal dos auxiliares e dos auditores que foram colocados para fazer o julgamento das contas públicas no lugar dos conselheiros afastados. Então, por conta disso e entendendo que a Assembleia Legislativa tem esse poder fiscalizatório, eu gostaria que a Mesa Diretora verificasse junto aos órgãos, ou mesmo ao Tribunal de Contas do estado, como é que podemos resolver isso, ou pelo menos receber uma notícia que nos garanta o funcionamento normal, sem nenhum tipo de observação quanto à ilegalidade dos atos praticados pelos auditores substitutos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta Mesa tomará providências. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, público presente, assistentes, a quem nos acompanha pelas mídias sociais, TV e Rádio Alems. Tenho uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Detran), senhor Rudel Espíndola Trindade Junior, solicitando parceria para apoio ao município de Amambai, visando a realização de convênio para melhoria da sinalização do trânsito na cidade, assim como troca o semáforo, no cruzamento da avenida Pedro Manvailer com a rua Marechal Floriano, que por se encontrar em precário estado de conservação, vários acidentes têm acontecido no local. Justificativa. Essa é uma solicitação do secretário municipal Osmar Farias Borba, considerando que o trânsito é municipalizado e Amambai faz parte dessa municipalização junto ao Detran. Por hoje é só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caras deputadas, deputados, e a quem nos acompanha pela TV e Rádio Alems. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), senhor Rafael Vitally Rodrigues, solicitando o aumento da oferta de horários do transporte interestadual de passageiros que ocorre entre as cidades de Bataguassu e Presidente Epitácio. Segundo relatos enviados pela população, há pouquíssimos horários de viagens da linha Bataguassu/MS e Epitácio/SP, o que causa enorme dificuldade para o cidadão que transita diariamente entre as cidades, para trabalhar ou estudar. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - PMDB) — Com a palavra, o deputado Pedro Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, público presente nesta Sessão. Eu trago aqui alguns requerimentos. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Empresa Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando informações sobre o terreno localizado na esquina das ruas Luís Feitosa e Dom Pedro II, no município de Corumbá. Justificativa. O referido terreno, situado próximo à Empresa Sanesul, em Corumbá, tem sido objeto de denúncia pelos moradores da região devido à quantidade de lixo e resíduos de construção civil que se encontram no local, sem qualquer fiscalização. O referido lixo representa grande risco de incêndio, principalmente nessa época do ano com a evidente escassez de chuva. Requer-se, portanto, informações acerca da propriedade e responsabilidade pelo terreno mencionado para viabilizar a denúncia aos órgãos competentes. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimento (Agesul), senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a construção de uma ponte de concreto com quinze metros de comprimento por nove de largura, sobre o córrego do Mato, localizada na estrada vicinal no sentido Furnas do Cafezinho. Justificativa. Esse pleito foi encaminhado pelos moradores da região de Figueirão para melhorar o tráfego local e garantir maior segurança para a população do município. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à primeiro-sargento Eliane Guimarães Rodrigues, do Batalhão Militar, pelo heroico ato de salvar a vida de uma criança recém-nascida, de nome Eduarda, filha do senhor Renato Bento, que se encontrava engasgada, com falta de ar, praticamente desfalecida. Justificativa. No dia 25 de março do corrente ano, a sargento foi responsável, através da manobra de “Heimlich” e da reanimação cardiopulmonar, por salvar uma criança recém-nascida que estava sem respiração, no condomínio Vitalitá. Esse ato demonstra profissionalismo e amor à vida do próximo, motivo pelo qual merece ser aplaudida pela Assembleia Legislativa. A primeiro-sargento do Batalhão Militar Eliane Guimarães Rodrigues, reside na rua Rio Negro 1188, bloco 10, apartamento 202, Vila Margarida, nesta Capital. Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Apenas para informar que hoje, às quatorze horas, nós vamos fazer uma reunião com a Comissão de Acompanhamento das Obras do Morenã, com a Secretaria de Estado de Governo, com a Universidade Federal e com a Fatec, para dar continuidade à audiência pública que fizemos no final do ano passado. Na oportunidade, cobraremos providências para a efetiva devolução do Morenã ao esporte de Mato Grosso do Sul. Todos estão convidados. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados, deputadas e a todos que se fazem presentes. Tenho duas

indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, com cópia ao secretário de estado de Saúde, senhor Maurício Simões Corrêa, solicitando a destinação de um veículo, tipo ambulância, para atender o distrito de Porto Caiuá, no município de Naviraí. A presente indicação atende a um pedido formulado pelos vereadores Luís Carlos Garcia e Fabiano Domingos dos Santos. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Daher, e ao presidente da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul, solicitando a construção de uma quadra esportiva na praça São José, no bairro Vila Estrela, no município de Amambai. A presente indicação atende a um pedido formulado pelos vereadores Anilson Prego, Janete Córdoba, Rosalinda e Tato Souza. É o que eu tinha. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — O meu pedido pela ordem é para registrar e agradecer ao apoio de Vossa Excelência, dos deputados, e parabenizar a Escola do Legislativo que foi premiada no 39º Encontro da Abel, no Distrito Federal, ficando em segundo lugar. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do ex-deputado estadual Daladier Agi, que era advogado, foi uma liderança da nossa região e muito querido nesta Casa. Eu tive oportunidade de conhecê-lo na minha infância, mas a diferença de idade não me permitia entender aquilo que um grande advogado, um grande parlamentar, um grande líder falava. Eu o acompanhava, conversando muito com meu avô, com o ex-deputado Benedito, mas a diferença de idade impedia de compreender a capacidade que tinha aquele homem. Após a eleição, eu fui almoçar no restaurante Concafe, em Paranaíba, e lá encontrei o deputado Benedito e o deputado Daladier. Naquela ocasião, passei a me relacionar, a receber seus conselhos, e agora ele estava no PL nos ajudando nas eleições municipais. É uma grande perda para esta Casa e para todo o estado de Mato Grosso do Sul, não só para Paranaíba.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, eu tinha preparado uma moção de pesar, até porque o deputado Daladier chegou nesta Casa em 1983, e foi responsável por trazer outro paranaense, o Donizete Aparecido, que hoje é chefe do meu gabinete. Eu gostaria de transformar essa moção em nome da Casa, se Vossa Excelência concordar.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Senhor presidente, eu gostaria de registrar a presença do senhor Sidnei Olegário, ex-vereador, ex-secretário do município de Batayporã e atual presidente da Associação Comercial, e ao jornalista de Nova Andradina, senhor Pedro Martins.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Márcio Barbosa, vereador do município de Coxim; das escolas da Fazenda Itamarati e de Anaurilândia; do desembargador Nelly Estable. Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, em nome da bancada do PT, eu quero apresentar uma moção de pesar, pelo falecimento da senhora Maria da Conceição Tavares, em Nova Friburgo, região serrana do Rio de Janeiro, no dia 8 de junho. Ela tinha noventa e quatro anos, era economista; foi professora titular da Unicamp; professora emérita da UFRJ, foi deputada federal pelo Rio de Janeiro, de 1995 a 1999, pelo PT; sempre defendeu que o estado fosse responsável pelo desenvolvimento econômico, com justiça social, e foi um dos maiores nomes brasileiros do pensamento econômico desenvolvimentista. Maria Conceição Tavares, quando foi indagada sobre o desenvolvimento econômico com justiça social, sobre o PIB, disse: "O povo não come PIB, o povo come arroz e feijão". Portanto, essa moção de pesar que apresento, primeiramente em nome da Bancada do PT, expressa todo o sentimento e solidariedade à família dessa pessoa ilustre e histórica. Tenho uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agraer, Washington Vilaman de Souza; ao secretário executivo da Agricultura Familiar, Humberto Melo, solicitando disponibilização de uma patrulha mecanizada, com implementos agrícolas, para atender os agricultores familiares no distrito de Amandina, no município de Ivinhema. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao presidente da Agraer, Washington Vilaman de Souza, com cópia ao secretário executivo da Agricultura Familiar, Humberto Melo Pereira; ao superintendente da Funasa, senhor Mario Rosa da Silva; ao superintendente do Incra, senhor Paulo Roberto da Silva, solicitando a perfuração de um poço artesiano, com sistema de captação e reservatório de água, para atender às necessidades dos agricultores da Agrovila, localizada no município de Nova Andradina. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com cópia à ministra de estado de Saúde, senhora Nísia Verônica Trindade Lima, e ao secretário especial de Saúde Indígena, senhor Ricardo Weiber Nascimento, solicitando a viabilização de recursos para a construção de uma Unidade Básica de Saúde Indígena, com a disponibilização de equipamento médico-odontológico, para atender às necessidades das famílias da Aldeia Jaguarapiré, no município de Tacuru. É isso, senhor presidente. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, gostaria de comunicar que hoje, às quinze horas, faremos uma reunião com o governador do estado, Eduardo Riedel, para tratarmos sobre a questão da residência agrária que vai ser lançada dia 1º de julho, uma inovação neste estado, com extensão tecnológica, acompanhada pela Fundect, para atender às famílias da agricultura familiar do nosso estado; sobre a perfuração dos poços artesianos, em parceria com a Funasa. Vamos discutir também sobre os recursos que a bancada federal repassou para a Agraer, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, na ordem de vinte e nove milhões de reais, que ele se comprometeu repassar para o Incra, em igual valor, para um programa de abastecimento de água e implantação de energia solar nos assentamentos de Mato Grosso do Sul. Trataremos também sobre o processo seletivo para a contratação de cento e quatro funcionários para a Agraer. Eu acredito na sensibilidade do governador para que seja estabelecida essa parceria com a Agraer, com o Incra, com o MDA, com a Funasa, e com a Secretaria Especial Extraordinária, para avançarmos na agricultura familiar do nosso estado. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, cumprimento todos os que prestigiam a nossa Sessão, e também a imprensa. Faço uso do Pequeno Expediente para apresentação de três indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Saúde, Maurício Simões Corrêa, e ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, por cópias autônomas, solicitando que sejam envidados os esforços necessários para a contratação de profissionais especializados e aquisição de equipamentos adequados para a realização de exames de ultrassom e endoscopia, pelo Hospital Regional de Coxim, conforme solicitação anexa. Essa é uma solicitação da Câmara Municipal, de proposição do vereador Carlos Henrique. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Pellufo, solicitando melhoramento da rodovia MS-223, através do levantamento de grade e encascalhamento, no trecho que liga o distrito de São Romão ao distrito de Jauru, no município de Figueirão, em atendimento à solicitação do vereador Carlos Henrique, da Câmara Municipal de Coxim, através da Indicação nº 95/2024. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, diretor-presidente da Energisa/MS, solicitando a possibilidade de estudo e implementação de extensão de rede elétrica até o término do asfalto da estrada "Transpantaneira", que facilita o acesso ao Cristo Redentor, nas imediações do campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no município de Coxim. Esse é um local destacado como importante atrativo turístico, que necessita de melhorias na iluminação, não apenas para realçar sua beleza e importância cultural, mas também para assegurar a segurança de seus visitantes. Esta solicitação decorre de um pedido formulado pelo vereador Zanon



Lamonier, do município de Coxim, por meio do Ofício nº 371/2024. Era só, senhor presidente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Apenas para registrar a presença do desembargador Nélio Stábile, que está aqui prestigiando a nossa Sessão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Sem partido) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, a todos que nos honram com suas presenças neste Plenário, e quem nos assiste através da TV Assembleia. Eu quero fazer algumas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho; ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando as seguintes dúvidas referentes à recuperação da MS-180, que liga o município de Juti-MS a Iguatemi: 1- Quais medidas estão sendo adotadas para a recuperação do asfalto? 2 - Há algum cronograma definido para o início das obras? 3 - Dada a condição precária atual e sua extrema importância para garantir a segurança e a tranquilidade dos usuários da rodovia que dependem dela para se deslocarem entre os municípios, qual é a estimativa para a conclusão da obra? O presente requerimento encontra justificativa em reivindicação dos moradores dos referidos municípios. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho; ao secretário de estado de Turismo, Esporte e Cultura, senhor Marcelo Ferreira Miranda, solicitando estudos para a construção de uma quadra esportiva na Praça São José, localizada na Vila Estrela, no município de Amambai. A presente indicação é motivada por requerimento da Câmara Municipal de Amambai, sob o nº 112/2024, a partir de proposição dos vereadores Anilson Prego, Janete Córdoba, Rosa Linda e Tato Souza. Justificativa anexa. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Ederson Dutra, presidente da Câmara de Naviraí. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 01905/2024, 01904/2024). De autoria do deputado João Henrique: uma moção de pesar (Prot. nº 01894/2024). De autoria do deputado Caravina: duas indicações (Prot. nºs 01896/2024, 01895/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: um projeto de lei (Prot. nº 01898/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: um requerimento (Prot. nº 01893/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: duas indicações (Prot. nºs 01913/2024, 01912/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp:

duas indicações (Prot. nºs 01909/2024, 01907/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 01899/2024); um requerimento (Prot. nº 01900/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01901/2024). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 01902/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nºs 1903/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: três indicações (Prot. nºs 01910/2024, 01911/2024, 01908/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 01906/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Pela ordem, senhor presidente. Gostaria de fazer a troca com o deputado Pedro Pedrossian.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Pedrossian. Antes, porém, quero registrar a presença do desembargador e coordenador do Comitê da Saúde, Núcleo de Judicialização da Saúde do Tribunal de Justiça.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Quero cumprimentar o desembargador Nélio Stábile, e agradecer a oportunidade de esta Casa de Leis estar participando do Comitê de Saúde do TJ. Eu participei da reunião, representando a Comissão de Saúde, e na ocasião foram destacados vários temas, em especial a judicialização da saúde. Então, eu gostaria de parabenizar o desembargador pelo trabalho do comitê, e acredito que com a união de todos o atendimento da saúde no nosso estado irá melhorar. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian, que disporá de trinta minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — sem revisão do orador — Peço para a assessoria colocar a nossa apresentação. Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, público que nos assiste. Quero cumprimentar o desembargador Nélio Stábile e dizer da minha satisfação em vê-lo aqui. Gostaria de parabenizá-lo pela luta que tem feito como magistrado, como cidadão, encabeçando um dos maiores temas de política pública no Mato Grosso do Sul e no Brasil, que é a questão da judicialização da saúde. Dizer que como presidente do Natjus, o senhor sabe do desafio que nós estamos falando, e é justamente desse tema tão relevante que eu gostaria de tratar na data de hoje. Senhor presidente, na ocasião do meu primeiro discurso aqui na Assembleia Legislativa, no ano passado, eu elegio tema da saúde para que nós pudéssemos nos debruçar e, efetivamente, discutir política pública aqui. Então, preocupado com essa questão, tive a oportunidade de fazer uma apresentação, chamei uma audiência pública para tratar do problema da judicialização, dessa que é uma verdadeira fila da vergonha que está assolando muitos municípios, sobretudo a macrorregião de Campo Grande. Os dados apresentados no ano passado eram

extremamente preocupantes, porque já mostravam uma deterioração sensível da realidade da saúde. Hoje, as atualizações que eu trago, infelizmente, pioraram, pois estamos tratando do colapso da saúde de Campo Grande, estamos tratando da falência do sistema de regulação na macrorregião de Campo Grande, estamos falando de uma piora substancial no tempo de atendimento para os mais diversos procedimentos, sejam exames simples, complexos, ou cirurgias que têm que ser judicializadas. Eu vou mostrar dados do sistema de regulação da macrorregião de Campo Grande que certamente irão alertar os senhores aqui presentes. Temos aqui duas comparações: os números totais do sistema, que nós obtivemos com exclusividade do Sisreg, mostrando que em julho de 2023 nós tínhamos quatorze mil trezentos e trinta e nove pessoas esperando por uma cirurgia na macrorregião de Campo Grande; e os números de abril de 2024, que subiram de maneira substancial para dezessete mil cento e quarenta e nove pessoas esperando por uma cirurgia. Todos nós, parlamentares, diariamente, recebemos pedidos de pessoas que querem entrar na Santa Casa, no Hospital Regional, no Hospital do Câncer, mas há dezessete mil pessoas tendo o seu direito social constitucional básico de acesso à saúde negligenciado. Em julho de 2023, tínhamos cinquenta e cinco mil trezentos e noventa e cinco pessoas esperando por uma consulta ou exame, e esse número se mantém estável, com cinquenta e quatro mil cento e oitenta e cinco, ou seja, de julho do ano passado para abril deste ano nós não conseguimos melhorar em nada. Ocorre que o tempo médio de espera para se conseguir uma cirurgia, desembargador Nélio, que antes do final do ano passado era de cinquenta e quatro meses, agora é de cento e dezesseis meses. Isso me choca porque o cidadão tem que esperar dez anos para ter uma cirurgia eletiva marcada em Campo Grande. Não é possível que uma cidade com um orçamento de seis bilhões de reais, com o orçamento da Sesau superior a dois bilhões de reais, com Santa Casa, Hospital do Câncer, Hospital Regional, Hospital do Pênfigo, Maternidade, ainda conviver com isso.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSB) — Sim, por favor.

DEPUTADO CORONEL DAVI (PL) — Vossa Excelência colocou julho de 2023 e abril de 2024, e eu gostaria de saber se o senhor tem os números referentes à administração do Marquinhos Trad, só para fazer uma comparação.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Eu não possuo esses números porque o objetivo aqui não é politizar os nomes de nenhum mandatário, nós estamos discutindo política pública.

DEPUTADO CORONEL DAVI (PL) — Eu também não estou querendo politizar, mas esse é um problema frequente nas administrações da Prefeitura de Campo Grande, e acho necessário a gente fazer um trabalho de acompanhamento ao longo do tempo, porque senão acabamos politizando e levando a culpa para uma pessoa que pegou o barco andando.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Eu concordo, mas Vossa Excelência é que está mencionando nome de madatário. O que nós estamos discutindo aqui é política pública com "P" maiúsculo.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Por favor.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Vossa Excelência usa a tribuna para falar de um tema penoso, não só no Mato Grosso do Sul, mas também no Brasil. Nós temos o SUS, um dos melhores programas que existem no mundo, mas desde que ele foi criado, a tabela não foi reajustada. Então, as pessoas têm o direito constitucional, mas não têm acesso. O que acontece é que o Ministério da Saúde não aceita os acordos das tabelas que os mandatários fazem, e a administração pública, como a fundação lá de Dourados, para maquiar o orçamento, que é de responsabilidade do prefeito, vai abrindo um buraco todo mês e deve cem milhões. Então, o que foi colocado aqui é uma coisa de penúria, porque quem tem dinheiro faz o exame na hora que bem entende, e quem não tem vai para a marcação via sistema, que dá exatamente o tempo que Vossa Excelência está dizendo. Muitas vidas já foram perdidas. As UPAs foram criadas para filtrar os exames, para que as pessoas pudessem ser encaminhadas já com diagnóstico, mas uma UPA gasta de um a dois milhões/mês, e o governo federal ajuda com duzentos e cinquenta mil. Então, eu me somo a Vossa Excelência e o parabenizo por estar discutindo esse tema no estado que representamos, porque todos os dias tem pessoas batendo na porta dos gabinetes pedindo encaminhamentos, e os deputados ficam com essa negociação dentro do sistema para atender as pessoas antes que elas percam a vida. Dá pena de ver o estado da saúde no Mato Grosso do Sul e no Brasil.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Obrigado. Vou continuar a apresentação.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Vou concluir a argumentação, e já concedo o aparte a Vossa Excelência. Então, não obstante o tempo de espera que saiu de cinquenta e quatro meses, do ano passado, para cento e dezesseis meses, neste ano, chegando há quase dez anos de espera, nós temos algumas especialidades e procedimentos sem vagas na macrorregião de Campo Grande. Vejam, eu não estou tratando apenas de Campo Grande, que é gestor pleno, mas de uma macrorregião que tem mais de trinta municípios que dependem da macro Campo Grande. Segundo os dados do Sisreg, nós não temos, em Campo Grande, especialistas cadastrados para cirurgia de cabeça e pescoço; não temos médicos cadastrados e nem vaga para fazer cirurgias ortopédicas de ombro, tornozelo; consultas de endocrinologia para pacientes diabéticos; procedimentos de estudo eletrofisiológico; consulta com nutricionista e pediatria; ortopedia pediátrica de coluna; ortopedia de tumores; urologia de disfunção miccional. Então, em todas as especialidades, sejam cirurgias, consultas ou exames, a fila não anda porque não tem nenhum especialista cadastrado. Em abril de 2024, nós chegamos ao verdadeiro colapso da ortopedia, visto que em julho 2023 o tempo de espera para fazer uma cirurgia de coluna era de setenta e sete meses, e hoje esse tempo é de quarenta e dois. Nós estamos falando de quase trinta anos. Então, não tem como evitar judicialização, porque qualquer magistrado que receber esse pedido, sabendo dessa perspectiva de trezentos e quarenta e dois meses, apontada pelo

sistema regulação de Campo Grande, vai condenar as contas do município ou do estado ao sequestro. No caso de cirurgia de mãos, antes eram quarenta e três meses de espera, e hoje são cento e quarenta e sete; cirurgia de quadril, eram cento e treze meses de espera, agora são cento e vinte, praticamente estável sendo muito ruim; ortopedia pediátrica, eram dezesseis meses, agora são trinta e sete. Olha a quantidade de pessoas na fila dessas especialidades: três mil e quinhentas de coluna; mil e duzentas de mãos; mil e trezentas de quadril; mil e seiscentas de ortopedia. Então, são essas especialidades que estão piorando muito o quadro, e não é só nas cirurgias eletivas, tem também o tempo de espera na fila. Em julho de 2023, a neurocirurgia geral era de vinte meses, agora é de setenta e um; neurocirurgia de epilepsia, foi de onze para dezessete; oftalmologia de catarata, que é relativamente simples, de onze foi para vinte; ortopedia do joelho, de trinta e quatro foi para trezentos e setenta e oito meses; ortopedia pediátrica foi de dezesseis para trinta e sete meses; urologia cirúrgica foi de sete para onze meses; urologia pediátrica foi de trinta e quatro para quarenta e dois meses; audiometria foi de oito para doze meses. Vamos falar de exames. Colonoscopia, de treze foi para vinte e dois; ecocardiograma, de quatorze foi para quarenta meses; endoscopia, de quinze foi para vinte e um; polissonografia, de quarenta e quatro foi para cinquenta e três meses. Imagina ter que judicializar uma endoscopia? Uma ressonância magnética, de trinta e oito foi para cinquenta e sete meses. Se você tem um câncer, se você precisa descobrir um mal, uma doença mais complexa que não pode esperar, imagina demorar cinquenta e sete meses para fazer o exame, mais cento e tantos meses para conseguir a cirurgia. Então, é impossível ter um tratamento integral. A cirurgia bariátrica foi de vinte e quatro para trinta e quatro meses. E aí qual é o remédio que nós estamos fazendo? Por isso que eu estou discutindo aqui política pública, e não estou politizando. Nós conseguimos os dados da regulação de Campo Grande, mas temos que ter um olhar para a macrorregião de Dourados, temos que ter um olhar para a macrorregião de Corumbá, temos que ter um olhar para macrorregião de Três Lagoas. Assim como eu obtive esses dados e tenho segurança de mostrar, também os formuladores de política pública, em especial os pacientes, tinham que ter de maneira muito clara e transparente, não necessariamente os números globais, mas dar ao paciente o direito de saber quando ele entrou, qual é a ordem cronológica, quando o seu procedimento vai ser atendido, como é que está essa fila de espera, quantas pessoas tem na frente. Fato é que existem denúncias, e não sou eu que digo isso, mas o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul que apura a existência de senhas na fila de regulação na mão de políticos, na mão de particulares, para fazer favores e colocar um em detrimento de outro. É essa preferência na fila que mata as pessoas. Então, nós estamos apresentando um projeto que é para transparência na fila da regulação. Fizemos uma audiência pública, em 14 de novembro 2023, com a participação do secretário de Saúde, de diversas autoridades, dos sistemas de regulação, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da população, que resultou numa proposta do projeto de lei. Eu quero pedir o apoio dos parlamentares, estamos conversando com o governo do estado, com o secretário Maurício Simões, fazendo esse apelo para construirmos isso a várias mãos. Na realidade, nós estamos criando e assegurando a transparência ao usuário do SUS, por meio da obrigatoriedade da divulgação da ordem de espera de pacientes que aguardam a realização de procedimentos eletivos pelo sistema de regulação de vagas nas unidades que prestam serviço ou constituem o Sistema Único de Saúde, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, em trâmite nesta Casa. O que essa lei, essa proposta traz? De um lado, preserva

a LGPD, nós estamos falando da Lei Geral de Proteção de Dados, absolutamente assegurada; fila por ordem cronológica de atendimento, salvo justificativa médica, que deve constar no sistema. Um médico pode passar uma outra pessoa na frente, mas tem que ficar clara a priorização. Filas regionalizadas e sistemas integrados. Aqui há uma grande dificuldade e, de fato, há necessidade de avançarmos de TI, mas é possível fazer. É importante fazermos uma mudança na cultura; transparência como instrumento de controle social e accountability; comunicação aberta e técnica entre os entes gestores, seja estado ou município, principalmente aqueles que são gestores plenos; redução das intervenções externas à política da regulação; e redução da judicialização em procedimentos. Nós só vamos conseguir ter redução da judicialização, desembargador Nélio, quando tivermos a fila andando, com a certeza absoluta de que essa fila está sendo tratada de maneira republicana, de que o direito do cidadão não vai ser esquecido ou maltratado pela forma como a política pública está sendo constituída, principalmente na macrorregião de Campo Grande. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar e agradecer a presença do senhor Alexandre Barbosa, presidente do Sinpol (Sindicato da Polícia Civil do Mato Grosso do Sul). Com muita honra, recebemos os alunos da Escola Estadual Nova Itamarati, de Ponta Porã; a professora Elisandra Tomacheski; a Filomena Britz, diretora-adjunta; a senhora Kátia Valéria, coordenadora de práticas pedagógicas; o professor Adilson Lemes. Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Agradecemos a presença das professoras Débora Ferreira; Nelma Siqueira; Adriana Tomazini; Sueli Duarte; Jaqueline Ribeiro; Luana Ribeiro; Célia Augusto; Lucas Leão; Jorge Silva, e da diretora Paloma Ângelis, da Escola Ezequiel Balbino, de Anaurilândia. É sempre bom receber alunos para conhecer a Assembleia Legislativa e também o trabalho de todos os deputados, fazendo leis, fiscalizando. Esta Casa estará sempre de portas abertas para a população sul-mato-grossense. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriotas) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriotas) — Senhor presidente, infelizmente o nobre colega Pedrossian Neto não me concedeu o aparte, mas eu gostaria de tecer alguns comentários a respeito do tema que ele trouxe a esta Casa, porque como diz o ditado, falar até papagaio fala, e papel aceita tudo. O que me surpreende é o fato de uma pessoa que foi secretário do município durante seis anos dizer que o orçamento de Campo Grande não atende uma situação do estado de Mato Grosso do Sul, porque Campo Grande atende a saúde do estado inteiro, não só da macrorregião. A regulação da demanda é toda feita aqui, haja vista que dos novecentos mil habitantes de Campo Grande, um milhão quinhentos e oitenta e seis mil possuem cartão do SUS. Então, quando ele fala do orçamento da saúde, ele sabe, porque eles deixaram dois bilhões da folha de pagamento de toda a estrutura que gastava neste município. É muito fácil vir aqui falar que Campo Grande não está realizando, mas ele sabe, como secretário de finanças do município durante a pandemia, que na época os anestésicos eram reservados para entubar os pacientes e, automaticamente, as cirurgias eletivas foram

suspensas no Brasil inteiro, o que gerou uma demanda de fila que até hoje não consegue fazer a sequência andar, sem falar que em Campo Grande, com todo respeito, existe uma máfia da cirurgia ortopédica. Isso acontece porque o cidadão que precisa fazer uma cirurgia pelo SUS, desembargador Nery, como por exemplo uma prótese no joelho, ao ser atendido, o médico fala que tem a prótese, mas que ela não vai ficar boa, e sugere uma judicialização, porque enquanto o SUS paga oito, dez mil reais por uma cirurgia, se ela for judicializada o município paga cento e trinta mil reais por uma cirurgia ortopédica. Então, não tem orçamento de município que aguarde pagar uma conta do estado inteiro, e essa demanda vai continuar, mas algumas coisas vão ser demandadas com o hospital que a prefeita Adriane Lopes vai construir no município de Campo Grande. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só queria registrar que nós ainda estamos no Grande Expediente, e eu só vou autorizar o debate se for pela ordem, caso contrário, não.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Eu fui citado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Citado para contradizer aquilo que o senhor já falou, então não é pela ordem. Vou autorizar só se for algum questionamento do Regimento.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Não é do Regimento.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Então na próxima oportunidade o senhor vai lá e questiona, para a gente manter o ritmo. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Estou declinando de usar a tribuna porque o tempo é escasso para eu apresentar uma prestação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não é debate, é para registrar.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Algumas questões eu acho que a gente precisa colocar definitivamente e esclarecer para a população. No dia 2 de abril de 2022, eu, como secretário de finanças do município de Campo Grande, deixei, em caixa, oitocentos e noventa e dois milhões de reais nas contas da prefeitura, quase quatrocentos milhões de reais nos recursos do tesouro, incluído o décimo terceiro integralmente provisionado no valor de cento e cinquenta e três milhões de reais, e mais, na conta única da Secretaria de Saúde de Campo Grande, mais de cem milhões de reais em recurso do custeio para livre movimentação. Então, são recursos muito significativos, recursos importantes, e que davam conta, na ocasião, de termos UPA abastecida, sem

faltar dipirona, a Santa Casa sem ter superlotação, e um tempo de espera para cirurgia com uma deterioração muito significativa. Nós não estamos aqui fazendo fulanização do debate de A,B,C, estamos discutindo política pública, porque Campo Grande merece ser tratado com respeito e acho que não é uma solução mágica, como a criação de hospitais lançados no período de campanha, que vai resolver. O que nós temos que discutir aqui é política pública de qualidade no estado de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrado o Grande Expediente. Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quase todo dia Mato Grosso do Sul tem sido mostrado no Jornal Nacional com a barbaridade do incêndio em todas as regiões do Pantanal. Dizer, deputado Junior Mochi, que representa a nossa querida Coxim, que esta Casa tem que chamar uma audiência pública para um grande debate com o Imasul, com os organismos do governo federal, com os bombeiros, com as prefeituras, para buscar uma solução para um problema que vai ter seríssimas consequências, principalmente agora com a baixa do rio Uruguai e logo, logo, do rio Paraná. Eu estou ponderando, com muito respeito a Vossa Excelência e à Mesa Diretora, que é preciso que esta Casa assuma esse debate. Eu gostaria que também ficasse registrado, nos anais desta Casa, a brilhante matéria do UOL que conta a história de Sorriso, em Mato Grosso, que se orgulha de ser a capital brasileira do agronegócio. A cidade de Sorriso é cortada pela BR-163, de um lado o império do dinheiro, da suntuosidade daqueles que ganham com o agronegócio, e na margem oposta da BR-163, a pobreza absoluta daqueles que trabalham nas grandes fazendas de soja. Obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só fazer um registro, deputado Zeca, sempre comprometido com o debate do meio ambiente, preocupado com a seca, com a questão do fogo, que esta Casa já emitiu o expediente ao Imasul, ao Ibama, à Secretaria de Meio Ambiente, ao Corpo de Bombeiros, solicitando informações sobre o andamento, sobre o que está sendo feito pelo governo. Estamos aguardando a resposta para, posteriormente, e sobre o comando da Comissão do Meio Ambiente, participar com muita responsabilidade. Eu acho que é um assunto que merece atenção, deputado Zeca, Vossa Excelência como sempre atento às demandas de Mato Grosso do Sul. Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, apenas para cumprimentar o deputado Zeca do PT na mesma esteira da fala dele e fazer uma constatação. As queimadas no Pantanal aumentaram, assim como o desmatamento na Amazônia, isso é uma constatação fática. Vamos trazer essa culpa ao governo Lula, porque eu passei quatro anos aqui escutando que isso era culpa do governo Bolsonaro. Então vamos agora marcar uma agenda com o Lula e ver quais são os procedimentos que ele vai tomar para conseguir resolver esse problema, visto que aumentou, severamente. Apenas uma constatação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Senhores deputados, nós vamos fazer questão de ordem, vamos votar.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Júnior.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, eu tentei me inscrever para falar, mas estava já tumultuado, o pela ordem tomou conta do discurso e nos impediu de ouvir a fala da deputada Mara Caseiro, mas eu trouxe aqui uma preocupação. Nós estamos nos avizinando do processo eleitoral municipal, a mais importante de todas as eleições, porque as autoridades públicas, vereadores e prefeitos, são constituídas pelo voto do cidadão. As tarefas públicas inerentes ao cidadão também são executadas pelos municípios, em parceria obviamente, com recurso federal, com recurso estadual, mas o dia a dia da execução cabe aos municípios e nós vimos aqui na fala do deputado Pedro Pedrossian, uma questão relacionada à saúde. No meu segundo mandato, eu fiz uma proposição, o "Saúde 10", que foi aprovada por todos os deputados, levei à Unale, até porque há um dispositivo constitucional que quando um terço das Assembleias Legislativas do país apresenta um mesmo projeto de lei, ele tramita no Congresso Nacional, como projeto de lei federal. O "Saúde 10" obriga, de acordo com a Constituição Federal, que os municípios apliquem no mínimo 15% em saúde, o estado 12%, mas nenhum município neste país, de modo especial no Mato Grosso do Sul, aplica menos de 20%. Alguns municípios chegam a 30% do orçamento para tentar resolver ou minimizar os problemas gerados na área de saúde. O estado, obrigatoriamente, investe 12%, e a União, que está no ato das disposições constitucionais transitórias, tem que aplicar apenas o que aplicou no ano anterior mais a inflação verificada no período. Então, se nós temos as duas principais políticas públicas deste país, educação 25%, com o Fundeb que garante o dinheiro na conta e fez com que tivéssemos uma melhoria significativa em função do dispositivo constitucional; e a União, que hoje investe na saúde, aproximadamente, entre 4% e 5%. Então, é preciso aumentar o financiamento, mas nós vamos sempre discutir saúde pública, porque além de ser um problema de gestão, é também um problema relacionado a recursos, e isso não pode cair sempre nas costas do município. De acordo com os dados da Confederação Nacional, o Mato Grosso do Sul tem quarenta e dois municípios com déficit nas contas. Então, o déficit fiscal está aí, e como nós estamos nos avizinando das eleições, é fácil discutir na retórica do discurso, falar da melhoria de saúde, falar da melhoria da educação, mas eu vejo muito pouca gente falar sobre o equilíbrio das contas, do financiamento, dos recursos. Então isso é uma questão de gestão, uma questão de entender das finanças municipais para poder produzir um serviço de qualidade que a nossa população merece. É só, senhor presidente.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pela ordem senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu vou solicitar aos senhores deputados que os pedidos de palavras pela ordem sejam para

questionamentos do Regimento, porque nós temos os expedientes corretos para os deputados se manifestarem, debaterem, falarem das políticas públicas, sejam elas federais, estaduais ou municipais. Nós estamos a trinta segundos da Ordem Dia. Eu vou conceder, pela ordem, a palavra para a deputada Mara.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, só para parabenizar o deputado Pedrossian Neto, pois acho muito importante trazer o debate da saúde para esta Casa, já que a gente trabalha pela regionalização e fortalecimento da saúde nos municípios. Nós sabemos que precisa de financiamento, mas o que o senhor apresentou hoje aqui é muito importante, mesmo porque precisamos de transparência nessa fila de exames, de cirurgias. Quero aproveitar para dizer aos alunos que estão hoje aqui, de Ponta Porã, do Assentamento de Anaurilândia, da Escola Estadual Professora Ezequiel Balbino, que nós temos um concurso de redação e de desenho, em andamento nesta Casa, que é extensivo a todos os alunos do Ensino Fundamental das escolas do estado de Mato Grosso do Sul. Eu gostaria muito que todos os alunos participassem, e para isso, as escolas têm que se inscrever no site da Assembleia Legislativa. Quero dizer aos alunos da Escola Professor Ezequiel Balbino, que após a votação, estaremos na sala multiuso para conversar um pouco com vocês e falar da importância da Educação Legislativa para os jovens e adolescentes que se fazem presentes aqui. Obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Senhores deputados, só lembrar que nós fizemos acordo de lideranças de uma PEC que trata do teto de gastos, também da Lei de Diretrizes Orçamentárias que trata de 26,4 bilhões de reais para elaboração do orçamento que tem que ser aprovada até 17 de julho, lembrando que a PEC tem que ser aprovada, se possível, uma semana antes. Então eu peço uma força-tarefa de todos os deputados para as próximas semanas, especialmente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que sempre trabalha com muito zelo. Pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, está pautado no Item 2, o Projeto de Lei nº 069/2024, de minha autoria, que trata dos incentivos ao serviço de Rádio Difusão Comunitária. Esse projeto de lei tramitou, foi aprovado, por unanimidade, na Comissão de Constituição Justiça e Redação e na Comissão de Ciência e Tecnologia, e já teve a primeira votação, em Plenário, que tratou da constitucionalidade. Ocorre que ontem esse projeto foi apresentado por mim, baseado numa portaria do governo federal, do Ministério das Telecomunicações, que autorizou repasse de subvenção federal às rádios comunitárias, e diante dessa situação, nós apresentamos o projeto de lei para permitir, além de vários outros incentivos às áreas comunitárias, também a possibilidade de subvenção em nível estadual. Ontem, a Associação das Mídias Digitais apresentou, numa reunião em Brasília, um pedido de reconsideração administrativa ao Ministério da Telecomunicações, quanto à proibição de repasse de recurso público para as rádios comunitárias, baseado na lei federal que regulamenta a Rádio Difusão Comunitária. Então, como o Ministério da Educação suspendeu o repasse federal, nós entendemos por bem pedir a retirada de pauta desse projeto, aguardar a decisão federal, para aí, sim, colocar em votação aqui. Foi feito um acordo, o deputado Lucas de Lima estava presente na reunião, e nós conversamos com todas as mídias comerciais, TV, Rádio, Comercial, sites, e decidimos retirar de pauta.



Quero pedir, pela ordem, a retirada de pauta do Item 2 para poder discutir no momento oportuno. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por solicitação do autor, esta presidência retira de pauta o Item 2, até que haja a decisão sobre o requerimento em Brasília. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário se há quórum para deliberação..

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em discussão. Projeto de Lei nº 274/2003. Autor: deputado Antonio Vaz. "Institui, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, a Semana de Conscientização sobre a Cardiopatia Congênita". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 274/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 203/2023. Autora: deputada Lia Nogueira. "Acrescenta o parágrafo único ao artigo 3º da Lei nº 4.609, de 18 de dezembro de 2014, para prever a possibilidade de o poder público instituir ações de incentivo à contratação de mulheres em situações de violência doméstica, objetivando a autonomia financeira da mulher, por meio de sua inserção no mercado de trabalho". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 02, tendo como relator o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Parabéns à deputada Lia Nogueira pela apresentação desse projeto do qual fui relator. No mérito, quero parabenizá-la por mais esse projeto voltado para melhorar a condição das mulheres vítimas de violência doméstica, um incentivo a mais para essas mulheres que já sofrem essa violência no seio familiar.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, a deputada Lia. Pela ordem ou para discutir deputada?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Então, eu abro para votação e já para declaração de voto. Encerrada a discussão. Em votação. Para declaração de voto, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha pela TV e Rádio Assembleia, e aos que estão presentes no Plenário. Eu quero dizer da minha satisfação em apresentar esse projeto de lei, que é uma iniciativa minha, ele já foi aprovado em Dourados, já se transformou em lei e foi muito bem recebido porque nós damos autonomia financeira para essas mulheres que são vítimas de violência, muitas delas não conseguem ser provedoras de seus lares e por isso têm que manter essa situação de opressão e agressividade. Então, agora com esse projeto de lei, Mato Grosso do Sul vai ter um olhar de sensibilidade, priorizando as vagas de trabalho na iniciativa privada, no poder público, para essas mulheres, e eu tenho certeza que nós vamos conseguir quebrar esse ciclo de violência que ainda persiste aqui no nosso estado. Então, eu gostaria de agradecer os votos favoráveis de todos os colegas aqui, em especial, ao deputado Caravina, que foi o relator, entendeu a importância desse projeto. Eu tenho certeza que o governador Eduardo Riedel, sensível que é, vai sancionar essa lei que será um marco na história das políticas públicas no combate à violência contra nós, mulheres, aqui no nosso estado. Obrigada, presidente. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, só para ponderar que a questão de ordem que eu levantei sobre o problema do Pantanal é o que significa isso que está acontecendo lá do ponto de vista do prejuízo ao bioma pantaneiro, à fauna,

à flora, enfim. Quando eu levanto essa questão, não quero saber de quem que a culpa, apenas faço uma constatação. Portanto, acho que se a Casa trouxer esse debate, vai nos permitir acumular força com as outras instituições, deputado Pedro Kemp, para exigir do governo Federal o apoio necessário, os investimentos e tecnologia para resolver o problema. É só isso, senhor presidente.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Pela ordem, senhor presidente. Só para parabenizar o deputado Zeca, o nosso ex-governador, e dizer que no outro mandato eu era o presidente da Comissão do Meio Ambiente e o deputado Paulo Corrêa era o presidente da Assembleia, e foi o período que houve a maior queimada de toda a história do Pantanal. Nós realizamos aqui uma audiência pública com a presença do governador, do Ministério Público, da brigada de incêndio, do Corpo de Bombeiros. Depois dessa audiência, saímos com a resolutiva, o governo do estado adquiriu mais aeronaves, embarcações, aumentou a brigada de incêndio, e hoje eu acho que é importantíssimo esta Casa de Leis fazer novamente uma audiência, inclusive está presente aqui o presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Renato Câmara. As pessoas estão realmente preocupadas, a cidade está cheia de fumaça, e o incêndio acontecendo cada vez mais. Estamos para viver novamente outra queimada histórica no Pantanal. Então, acho que a Comissão de Meio Ambiente tem que estar atuando para fazermos essa audiência pública.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Esse tema das queimadas é muito importante. Nós temos discutido com o Imasul, e já está programada uma audiência pública, na verdade uma explanação sobre o controle sustentável do fogo. Essa é a técnica mais antiga que existe no mundo, haja vista que os próprios indígenas faziam esse controle das queimadas através de aceiros, através de controle da vegetação, e está sendo desenvolvido pela Universidade Federal. Os encaminhamentos já estão sendo feitos porque a época da queimada ainda está por vir e com essa seca, com os problemas climáticos, as queimadas são mais frequentes. Estamos aguardando, já solicitamos a data para que todos os deputados possam contribuir com ideias para esse plano de controle de queimadas sustentáveis. Era o que eu tinha, senhor presidente.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o seu voto, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, com relação ao projeto da deputada Lia Nogueira, quero parabenizá-la pela sensibilidade de estar sempre propondo projetos que realmente trazem benefícios e cuidado com as vítimas

de violência doméstica. Esse é um programa de inclusão, de incentivo à contratação de mulheres em situação de violência doméstica que, com certeza, traz um alento às vítimas que passam por dificuldades e que muitas vezes ficam atreladas a relacionamentos abusivos, violentos, porque não conseguem emprego para sustentar a sua família. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 203/2023, de autoria da deputada Lia Nogueira.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Permita-me, deputado?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda.
Pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, só para participar dessa questão das queimadas no Pantanal. Quero dizer que antes a esquerda dizia que o Bolsonaro era o incendiário, que ele era o grande causador dos incêndios no Brasil, na Floresta Amazônica, no Pantanal, mas como bom bolsonarista e defensor da pauta do meio ambiente, eu julgo necessário esta Casa chamar uma audiência pública para poder colaborar na solução deste problema.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 099/2024. Autora: deputada Mara Caseiro. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul o Pesque Fest do Município de Paranhos, a ser celebrado, anualmente, no primeiro sábado subsequente à sexta-feira santa". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu penso que o povo bolsonarista desta Casa tem um amor enrustido pelo Lula, porque basta a gente levantar qualquer coisa e já vem o ataque. Eu não estou discutindo se é culpa de "A" ou de "B", eu estou fazendo uma constatação, aliás, falando do fogo no Pantanal. O presidente da comissão permanente, deputado Renato Câmara, ponderou, com razão, a questão das comunidades indígenas, e por dois dias eu estive visitando as seis aldeias do povo Kadiwéu, no Pantanal, e em duas delas tem uma estrutura abandonada, do pessoal da antiga que era contratado. Hoje não tem absolutamente nada, e os índios Kadiwéus preocupados com a natureza, com a preservação das áreas que eles habitam, me chamaram a atenção sobre a necessidade de nos antecipar e fazer o debate. Então, se é culpa de "A" ou de "B", esqueçam. O que nós temos que fazer é debater o problema do fogo no Pantanal. A cidade do Paulo Duarte, a nossa querida Corumbá, está tomada de fumaça, ninguém está conseguindo viver lá, e nós estamos assistindo isso. Essa é a preocupação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 099/2024, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Um requerimento e vinte indicações. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Antônio Carlos de Azevedo Perez; proposta pela deputada Lia Nogueira, em razão do falecimento da senhora Idalina Oliveira dos Reis. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão. (11h20min).